

Conselho de Administração Fernando Xavier Ferreira Presidente	Conselho Fiscal Cláudio Luiz Pacheco Presidente
Carlise Kwiatkowski Raquel Pizzatto Marcello Anderson Gil Ramos Bastos Walter Fernando Piazza Junior	Celso José de Faria Viana David dos Santos Mouta
Diretoria Executiva Jonel Nazareno lurk - Diretor Presidente Theodoros Panagiotis Marcopoulos - Diretor Técnico Comercial Eduardo Buschle - Diretor de Administração e Finanças	
Contador Marcelo Pereira da Silva CRC-PR 034803/O-0	

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2017

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.^{as} o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2017.

Conjuntura Econômica

O setor de gás natural brasileiro vive um período de grandes transformações, principalmente com a abertura e reposicionamento de mercado por parte da Petrobras. A estatal deixará de ser o garantidor de suprimento de gás natural do Brasil, mas continuará a ser um agente importante no mercado de energia do país. Diante disso, as discussões sobre as perspectivas da indústria do gás se intensificaram em 2017.

O programa Gás para Crescer, criado em 2016 pelo Ministério de Minas e Energia (MME), com o objetivo de endereçar as mudanças de que o setor precisa para se desenvolver, avançou em 2017. As medidas integram o projeto de lei 6407/2013 encaminhado ao Congresso Nacional para a criação de novas regras de fomento do setor no país, por meio da entrada de mais ofertantes e mais demandantes de gás. De acordo com a direção do MME, o programa atendeu a três grandes objetivos: um novo desenho do mercado de gás; aperfeiçoamento das regras tributárias; e integração entre o mercado de gás e o setor elétrico.

Outro tema de grande destaque no setor nacional foram as tratativas de negociação de suprimento de gás natural com a Bolívia. O gás envolvido nas negociações é uma das principais fontes de receita de exportação da Bolívia e o sucesso dos acordos contratuais com o Brasil e a Argentina (seus dois maiores clientes) testa a capacidade do país de se manter como maior fornecedor de gás da América do Sul.

No que se refere ao consumo de gás natural no país, o levantamento realizado pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) registrou crescimento no consumo do combustível em âmbito nacional, principalmente no setor industrial, mostrando que o gás natural é um indutor da retomada da atividade econômica do país. No acumulado anual, a alta é de 7,2% em relação ao ano de 2016, alcançando uma média diária de 65,8 milhões de metros cúbicos (m³) por dia, ante 61,4 milhões de m³ do ano anterior. Os dados que apontam a ligeira retomada da indústria são: a alta de 3,3% do consumo industrial, cogeração ampliou em 11,6% e geração de energia elétrica subiu 37,8%. O setor de matéria-prima foi o único mercado da indústria que registrou queda, de 7,6%.

Nos segmentos de varejo a alta foi vista apenas entre as residências. Em 2017, o mercado residencial consumiu 6% mais gás natural que no ano anterior, já o comercial apresentou queda de 6%.

O consumo do Gás Natural Veicular (GNV) registrou alta de 8,7% e atendeu as expectativas do mercado. De acordo com a Abegás, este crescimento reflete a percepção do consumidor sobre a economia que o GNV traz para o orçamento das famílias e das empresas que utilizam o combustível em seus veículos e frotas, uma vez que o combustível se manteve mais competitivo frente aos combustíveis líquidos durante todo o ano de 2017.

O número de consumidores de gás natural em todo o país cresceu 7%, superando a marca de 3,2 milhões, e a extensão da rede de distribuição ultrapassou os 33 mil quilômetros em todos os estados que distribuem o gás canalizado. Os dados do mercado nacional apresentados neste relatório são do levantamento estatístico da Abegás, realizado com concessionárias de 20 estados, reunindo dados na indústria e nos segmentos residencial, comercial e automotivo, entre outros.

Desempenho da Compagas

A comercialização total de gás natural em 2017 atingiu a média anual de 1.156.657 m³/dia. Em relação ao ano de 2016, a média registrou uma retração de 8% (não incluindo o volume de gás fornecido à UEG Araucária – UEGA). No ano, a Compagas disponibilizou a sua rede de distribuição para o abastecimento à referida usina, uma vez que o contrato do consumo do combustível foi firmado diretamente entre a UEGA e o supridor. Em 2017 foram entregues 39,2 milhões de m³ para a UEG Araucária, em comparação com 15,4 milhões de m³ registrados em 2016. Em 2017, os segmentos residencial, comercial e de matéria-prima tiveram incrementos de 10%, 4% e 2% nos volumes comercializados, respectivamente.

COMERCIALIZAÇÃO DE GÁS NATURAL NO PARANÁ – 2016/2017

Comercialização (m³/dia)	Média 2016 (m³/d)	Média 2017 (m³/d)	2017/2016 (%)
Residencial	23.251	25.670	10%
Comercial	15.098	15.716	4%
Industrial	795.032	699.497	-12%
Veicular	84.738	77.561	-8%
Cogeração	161.264	154.408	-4%
Matéria-Prima	178.926	183.389	2%
G.E.E.	831	418	-50%
Total mercado não térmico	1.259.140	1.156.657	-8%

No ano, o segmento industrial respondeu por 61% do total de gás natural distribuído pela Compagas em 2017, seguidos pelos segmentos de matéria-prima com participação de 16%, cogeração de 13%, do veicular representando 7% do volume total, e dos setores residencial e comercial, que somam 3%.

PARTICIPAÇÃO NO VOLUME MÉDIO DIÁRIO POR SEGMENTO (%)



Na comparação nacional, o volume comercializado pela Compagas correspondeu a 3,0% do total de gás natural vendido no país. Entre os estados do Sul, a Compagas foi responsável por 24,1% do volume de gás natural. O comparativo foi realizado entre as distribuidoras do país a partir dos dados extraídos do Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria do Gás Natural, organizado pelo Departamento de Gás Natural da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, do Ministério de Minas e Energia (MME), e exclui a demanda termelétrica.

Distribuição de Gás	2017 (%)
Brasil	3,0
Região Sul	24,1
Paraná	100

Em 2017, a base de clientes da Compagas apresentou um crescimento de 10%, com a entrada em operação de mais de 3,5 mil novos clientes, totalizando 39.776 consumidores atendidos nos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração, matéria-prima e geração de energia elétrica em horário de ponta. Destaque para o segmento residencial, que superou a marca de 39 mil unidades com o fornecimento de gás natural.

CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CLIENTES POR SEGMENTO - 2016/2017

Segmentos atendidos	2016	2017	2017/2016 (%)
Residencial	35.528	39.097	10%
Comercial	458	461	1%
Industrial	157	173	10%
Veicular	36	36	0%
Cogeração	2	2	0%
Matéria-Prima	3	3	0%
G.E.E.	4	4	0%
Total mercado não térmico	36.188	39.776	10%

Em 31 de dezembro de 2017 a Compagas atendia a 39.776 unidades consumidoras, sendo 173 indústrias, 36 postos de Gás Natural Veicular, 461 estabelecimentos comerciais, 39.097 residências, 2 empresas com cogeração, 3 empresas que utilizam o gás natural como matéria-prima, e 4 empresas com geração de energia elétrica em horários de ponta. A média anual das vendas de gás foi de 1.156.657 m³/dia, assim distribuídas: industrial – 699.497 m³/dia; cogeração – 154.408 m³/dia; matéria-prima – 183.389 m³/dia; geração de energia elétrica – 418 m³/dia; veicular – 77.561 m³/dia; comercial – 15.716 m³/dia e residencial – 25.670 m³/dia. O EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) foi de R\$ 170,8 milhões, correspondendo a 51% sobre a receita operacional líquida. O resultado líquido da Companhia em 2017 foi de R\$ 65,6 milhões.

Mercado Termelétrico - O cenário do Mercado Termelétrico foi diferenciado no Paraná em 2017. A UEG Araucária – UEGA firmou um contrato de suprimento com a Petrobras para garantir sua operação. À Compagas coube o serviço de distribuição do gás natural para a usina termelétrica. Em 2017 foram entregues 39,2 milhões de m³ para a UEG Araucária.

Rede de Distribuição e Investimentos

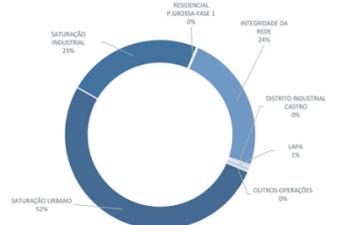
Para cumprir seu Plano de Negócios a Companhia executou obras nos municípios já atendidos pela rede de distribuição de gás natural. No ano, a Compagas realizou um investimento de cerca de R\$ 14,41 milhões para garantir a integridade da rede e o fornecimento contínuo aos seus clientes.

Para o atendimento ao mercado urbano foram investidos R\$ 7,48 milhões para a construção de rede e para a ligação de mais de 3,5 mil empreendimentos residenciais e comerciais. No setor industrial, mais de R\$ 3,31 milhões foram direcionados para a execução de ramais e projetos para ligação de 20 clientes.

A Compagas investiu mais de R\$ 3,40 milhões em obras de integridade de rede para garantir a operação e o fornecimento contínuo de gás natural a todos os clientes da Companhia.

Como parte do investimento realizado no ano de 2017, a Compagas destinou recursos para estudos do Projeto Lapa, Projeto Distrito Industrial de Castro e Projeto Residencial de Ponta Grossa.

DISTRIBUIÇÃO DE INVESTIMENTOS



Captação de Recursos

Para financiar parte do plano de investimentos, a Compagas contratou em 2015 um financiamento junto ao BNDESPAR no valor de R\$ 33 milhões para execução de uma parte do ramal Distrito Industrial Ponta Grossa II e para os ramais que interligam os municípios de Carambei e Castro. Em 2017 foram liberados para a Companhia o valor de R\$ 6 milhões, que foram somados aos R\$ 23,7 milhões já recebidos em 2016. Esse financiamento será amortizado até o mês de dezembro de 2021.

A Compagas também possui um financiamento no valor de R\$ 62,6 milhões que será totalmente amortizado até dezembro de 2018. Este processo foi contratado com o BNDES em 2013 e financiou parte das obras de construção da rede de gás nos Projetos Curitiba Nordeste, Nordeste RMC, Fazenda Rio Grande, Londrina, Distrito Industrial Ponta Grossa II e saturação Industrial/Residencial. Os recursos foram recebidos ao longo das obras, realizadas entre 2012 e 2014.

Licenças Operacionais e Estudos Ambientais

Para a execução e operação de seus projetos de expansão da rede de distribuição de gás natural, em 2017, a Compagas obteve renovação de quatro licenças ambientais para ramais em Curitiba, Campo Largo, São José dos Pinhais e Campina Grande do Sul. A Companhia também obteve a Renovação da Licença de Operação do ramal Londrina – Cambé e a Autorização Ambiental para a execução de ramal para atendimento a um cliente de São José dos Pinhais. As licenças citadas acima foram concedidas pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP). A Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba também concedeu à Compagas em 2017 a renovação de oito licenças de operação para ramais em diversas regiões da cidade.

No ano, a Companhia finalizou a execução dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) referentes ao Projeto Curitiba III – que prevê o abastecimento com a rede de distribuição de gás natural a mais bairros da capital paranaense -, e ao Projeto de Expansão do Município de Castro - que prevê o atendimento às indústrias localizadas no Distrito Industrial I da localidade.

Indicadores Operacionais

A Companhia encerrou o ano de 2017 com uma rede de distribuição de gás de 812 km, atendendo os municípios de Araucária, Balsa Nova, Campo Largo, Curitiba, Palmeira, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande, Londrina, Colombo, Quatro Barras, Pinhais, Campina Grande do Sul, Carambei e Castro. Esta rede, composta de 472 km de aço carbono e de 339 km em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), foi construída para oferecer aos seus clientes um elevado grau de confiabilidade no abastecimento. Visando a segurança e o fornecimento contínuo de gás natural, a Compagas realizou diversas ações de manutenção da rede de distribuição do combustível, incluindo manutenção preventiva, inspeções de rede, atuação em interferências de terceiros, sinalização da rede, sistemas de medição e proteção catódica, as quais contribuíram para a redução dos períodos de descontinuidade no fornecimento de gás natural e no tempo de atendimento de cada interrupção, conforme apresentados nos indicadores do quadro abaixo.

Indicadores Operacionais

Indicadores Operacionais	2015	2016	2017
DEG (minutos)	16	1	0
FEG	0,04	0,01	0,00
TAI (minutos)	27	20	36
Perdas (%)	0,66	0,36	0,25

DEG = Duração equivalente de interrupção de gás (intervalo de tempo que cada consumidor sofreu descontinuidade no suprimento de gás)

FEG = Frequência equivalente de interrupção de gás (nº médio de interrupções em cada consumidor)

TAI = Tempo de atendimento de interrupção (intervalo médio entre o horário da solicitação de atendimento da ocorrência e o horário de chegada ao local)

Perdas = Perdas de operação-manutenção-medição (Percentual do volume faturado no ano).

A qualidade de fornecimento, medida por indicadores de desempenho das distribuidoras quanto à continuidade do serviço prestado, conhecidos como DEG (Duração Equivalente de Interrupção de Gás) e FEG (Frequência Equivalente de Interrupção de Gás) chegou ao índice zero na Compagas em 2017, resultado do incremento de manutenções periódicas, inspeções preventivas e do Programa de Prevenção de Danos na Rede de Distribuição de Gás Natural.

As perdas técnicas de gás são inerentes ao processo de manutenção e operação da rede de distribuição além de considerar as diferenças de medição entre o volume de gás fornecido pela Petrobras e o medido em todas as unidades consumidoras. Em 2017, as perdas representaram 0,25% do volume total faturado no ano. Esse indicador registrou uma redução de 31% quando comparado ao ano de 2016.

Além do atendimento através da rede de distribuição, o gás natural chega a Paranaguá e São Mateus do Sul por meio do Gás Natural Comprido (GNC). No total, a Compagas está presente em 17 municípios do estado e mantém seu objetivo de chegar a cada vez mais regiões.

Administração

Gestão do Capital Humano

Parte fundamental para o desenvolvimento da Companhia, o quadro de profissionais da Compagas é formado por 184 colaboradores.

Em 2017, foram destinados mais de R\$ 6,29 milhões para pagamentos de benefícios, contemplando valores para Assistência Médica, Vale-Alimentação/Refeição, Seguro de Vida, Previdência Complementar, Auxílio Creche/Educação, entre outros.

Para a qualificação e o desenvolvimento dos seus empregados, a Compagas destinou mais de R\$ 265,9 mil para 2,5 mil horas de treinamento e capacitação de seus colaboradores, gerando uma média de 15h de treinamento por empregado.

No ano de 2017 foi realizado o Programa de Aperfeiçoamento Gerencial, abrangendo todos os titulares de gerências, em parceria com a Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus – FAE. Este Programa visa ao mapeamento das competências do grupo gerencial, identificando as necessidades de desenvolvimento para a elaboração de planos de desenvolvimento comum e individuais, que deverão ser implementados a partir de 2018. A Compagas também concedeu bolsas de estudo para aprendizagem da língua estrangeira, visando estimular o desenvolvimento das pessoas e atender as necessidades e interesses da Companhia.

Qualidade de Vida, Saúde e Segurança

Preocupada com a saúde e o bem-estar dos seus colaboradores, a Compagas deu início em 2017 ao Programa de Acompanhamento Nutricional, de modo a contribuir com a qualidade de vida de todos. O Programa contemplou atendimento Clínico-Nutricional individualizado para 30 funcionários e palestras educativas para todos os empregados.

Programas que visam a melhoria da saúde e da qualidade de vida dos empregados da Compagas, também tiveram continuidade em 2017. No ano, 82 colaboradores foram beneficiados pelo Programa Saúde a Todo Gás, que prevê o auxílio e o incentivo à prática da atividade física e mais 23 funcionários participaram do Programa de Incentivo à Prática Desportiva - SportGás, que trata da participação em corridas de rua.

Para cuidar da saúde de seus colaboradores, a Compagas possui o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), em Parceria com a Fundação Copel, para a realização de consultas e exames que possam afetar a capacidade e produtividade no trabalho. Em 2017 foram realizados exames periódicos em todos os funcionários do quadro próprio. Mais de 80 funcionários também participaram do Programa de Qualidade de Vida relacionado ao Câncer de Pele, por meio de uma avaliação clínica com profissionais do SESI, com o objetivo de identificação de possíveis lesões e recebimento de orientações para prevenção da doença.

No quesito Segurança do Trabalho, a equipe da Compagas realizou cerca de 780 Inspeções de Segurança nas obras e serviços da Compagas, que geraram um total de 342 Relatórios de Inspeção de Segurança (RIS) com problemas, desvios e/ou não conformidades. Todas as atividades em campo são realizadas por funcionários ou terceiros que tenham participado de treinamentos sobre procedimentos relacionados à saúde e segurança no trabalho e da exposição dos riscos para as atividades realizadas.

Preocupada também com a segurança de sua rede de distribuição e da comunidade em geral, em 2017, a Compagas executou ações que explicam os métodos de construção e os procedimentos de segurança adotados pela Companhia nas comunidades próximas ao traçado da rede de distribuição durante as obras de construção para moradores e comerciantes locais. Palestras do Programa de Prevenção de Danos na Rede de Distribuição de Gás Natural também foram realizadas por engenheiros e técnicos da Companhia em sedes do Corpo de Bombeiros, em empresas terceirizadas da Sanepar e em empreiteiras para orientar sobre os procedimentos de segurança para escavação em locais próximos a uma rede de gás natural, com o objetivo de evitar a interferência de terceiros que possam causar incidentes e, assim, garantir a segurança da comunidade e o fornecimento contínuo de gás natural.

Saúde e Segurança	2015	2016	2017
Óbitos	0	0	0
Taxa de Absenteísmo(*)	14,37%	13,72%	13,01%
Taxa de Frequência de acidentes com afastamentos - TFCA (**)	0	3,33	0
Taxa de Gravidade - TG (***)	0	3,33	0

(*) Taxa de Absenteísmo: Para o cálculo do Índice é considerado as ausências justificadas e injustificadas, inclusive treinamento, férias, licenças e atrasos.

(**) TFCA: número de acidentes com funcionários/milhão de hh

(***) TG: número de dias perdidos/milhão de hh

Gestão de Compras e Fornecedores

Como uma sociedade de economia mista, a Compagas está sujeita a legislações que restringem as ações de seleção de fornecedores, sendo as mesmas realizadas conforme os editais de licitação e cláusulas contratuais, e em cumprimento as legislações trabalhistas, de direitos humanos, fiscal e ambiental.

Vale destacar que no ano de 2016 passou a vigorar a nova Lei das Estatais, nº 13.303. Durante o ano de 2017, equipes da Companhia trabalharam na elaboração de um regimento interno, o qual regulará as contratações na Compagas, conforme as diretrizes da nova legislação.

Em 2017, a Compagas permaneceu alinhada à Lei Estadual nº 15.608/2007 e à Lei Federal nº 10.520/2002 e realizou contratações através das modalidades Concorrência, Tomada de Preços, Pregão Presencial, Pregão Eletrônico e Leilão. No ano, foram realizadas 98 contratações decorrentes dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidade.

Relacionamento com Clientes e Consumidores

Em 2017, com o objetivo de facilitar a comunicação entre a Companhia e seus clientes dos segmentos de varejo (residencial e comercial), a Compagas lançou a plataforma Compagas Virtual. Através do portal, os clientes destes segmentos passaram a ter acesso aos principais serviços da empresa de maneira online. Destaca-se que os clientes dos segmentos industrial e veicular que já contavam com uma agência de atendimento virtual também passaram a acessar seus dados de consumo pela plataforma do Compagas Virtual.

A Compagas também apresentou melhorias em seu sistema de atendimento eletrônico. Para proporcionar mais facilidade aos clientes de Curitiba e Região Metropolitana, a Compagas implantou um novo número, o 3004-3400. Para emergências e demais localidades permanece o 0800 643 8383.

No atendimento presencial, a Companhia passou a atender seus clientes em conjunto com a Copel. O atendimento compartilhado funciona na agência localizada na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, em Curitiba. Desta forma, a Companhia continua a oferecer aos seus clientes um atendimento de qualidade e confiança também de forma presencial.

Perspectivas para 2018

Temas importantes que permeiam o mercado de gás natural continuarão tendo destaque em 2018 e a Compagas mantém boas perspectivas para o crescimento da Companhia e o desenvolvimento do Estado do Paraná. O mercado financeiro projeta um cenário mais confortável para a economia brasileira em 2018, com a expectativa de inflação controlada, crescimento da produção industrial e juros mais baixos – um cenário que cria um ambiente de incentivo para investimentos e para a geração de empregos.

A Compagas dará continuidade a seus projetos de aumentar sua participação nos municípios que já contam com a rede de distribuição de gás natural e atender mais clientes dos diferentes segmentos com o combustível canalizado. A Companhia também destinará recursos às obras que garantem a integridade da rede de distribuição, para a contratação de serviços e em outros ativos.

Ainda visando o desenvolvimento do mercado, a Companhia investirá em estudos e projetos de ampliação de rede de distribuição para atendimento ao Distrito Industrial de Castro, nos Campos Gerais, em Rolândia, no Norte do Paraná, e para o Plano Estratégico de Gás Natural para o Estado do Paraná.

O Plano de Negócios da Compagas reflete o entendimento da Companhia e dos seus acionistas de que o término da concessão se dá em julho de 2024, nos termos da cláusula 1.1 do contrato de concessão em vigor, em que pese o contido no artigo 15 da Lei Complementar Estadual nº 205/2017. A administração da Companhia, de forma diligente, está tomando as medidas necessárias junto ao Poder Concedente para assegurar o pleno entendimento sobre os termos do contrato.

A Compagas investiu e continuará investindo a fim de se consolidar como uma empresa que leva a segurança e o desenvolvimento sustentável, social e econômico.

CONTINUAÇÃO da demonstração de resultados do serviço público e a outra parte é indenizada pelo poder concedente, ao final da concessão. Esse modelo prevê o reconhecimento de ativo financeiro e ativo intangível.

A Companhia reconhece como ativo financeiro a parcela que será indenizada pelo poder concedente correspondente aos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão prevista em contrato e que, no entendimento da Administração assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão.

Esses ativos financeiros, por não possuírem fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a premissa da indenização terá como base o custo de reposição dos ativos da concessão, e por não possuírem as características necessárias para serem classificados nas demais categorias de ativos financeiros, são classificados como "disponíveis para venda".

(ii) Estoques
São avaliados ao custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os materiais em estoque que são classificados no ativo circulante são os destinados para manutenção e os de expediente, os materiais destinados a obras são classificados no ativo intangível em curso - materiais em depósito não são amortizados.

(iii) Intangível
Contrato de concessão
A Companhia reconhece como intangível, conforme determina o ITG 01, os valores relativos à construção de infraestrutura e aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás, que corresponde ao direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, conforme divulgado na nota explicativa 12. Adicionalmente, para fins de divulgação, os valores relativos à construção de infraestrutura e aquisição de bens são considerados como prestação de serviços ao Poder Concedente.

O ativo intangível é avaliado inicialmente pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A Companhia utiliza o método de amortização linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, considerando o padrão de benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis, conforme mencionado na nota explicativa 12.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)
Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado
A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda
São instrumentos financeiros cujo reconhecimento inicial é efetuado com base no valor justo e sua variação, proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva, é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, é registrada no resultado do exercício. No momento da liquidação, as perdas ou os ganhos acumulados no patrimônio líquido são reclassificados no resultado do exercício.

(iv) Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques e intangível são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base em aliquotas de 9% sobre o lucro tributável para o líquido e de 15% sobre o lucro líquido e de 15%, acrescidas de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R\$ 240 para imposto de renda, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a menos que os impostos decretados ou substantivamente decretados na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação de ativos fiscais correntes, e eles se passam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de fechamento das demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

g. Provisão

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é mais provável que não que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

h. Benefícios a empregados

(i) Planos de contribuição definida
Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

O plano previdenciário chamado de "Plano III" é caracterizado pela acumulação de poupança na fase de atividade dos indivíduos, com reversão da poupança em renda no momento do direito a conquista do direito aos benefícios.

(ii) Plano assistencial
O plano assistencial chamado de "Pró-saúde" é caracterizado pelo custeio mensal da patrocinadora e empregados, calculado de acordo com o regime de repartição anual, com características de transferência de custeio intergeracional, com avaliação de passivo a longo prazo para o período de pós emprego.

4 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- Iniciativa de Divulgação - As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações contábeis entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxo de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.

- Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas - As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 9 - Aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

- IFRS 15 - O princípio fundamental da nova norma é que as empresas reconheçam a receita para retratar a transferência de bens ou serviços a clientes nos montantes que refletem a contraprestação (ou seja, o pagamento), ao qual a empresa espera ter direito em troca de tais bens ou serviços. O novo padrão também irá resultar em divulgações sobre a receita, fornecer orientações para as operações que não foram previamente tratados de forma abrangente (por exemplo, a receita de serviços e contratos de modificações) e melhorar a orientação para contratos de vários elementos. Em maio de 2014 o IASB emitiu o IFRS 15, com vigência a partir dos períodos anuais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2017.

- IFRS 16 - Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores não sofreram alterações relevantes. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 - Leases e correspondentes interpretações.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que impactem as demonstrações da Companhia de forma relevante, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e bancos	449	630
Aplicações financeiras		
Fundos de investimento	15.717	2.331
CDBs	67.913	32.348
	<u>84.079</u>	<u>35.309</u>

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em ativos de renda fixa - CDB, e fundos de investimentos referenciados à taxa DI e distribuídas entre o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal com remuneração média de 98% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda de rendimentos e atendem os requisitos de diversificação, rentabilidade e segurança estabelecida pela Administração. A taxa acumulada do CDI em 31 de dezembro de 2017 é de 9,93 (13,63% em 31 de dezembro de 2016).

6 Aplicações financeiras

	2017	2016
Fundos de investimento	7.172	6.636
	<u>7.172</u>	<u>6.636</u>

Ativo circulante - -
Ativo não circulante - 7.172 6.636
Aplicações no montante de R\$ 7.172 em fundos de investimento junto a Caixa Econômica Federal, em conta reserva vinculada ao contrato de debêntures firmado com o BNDES desde 2014, conforme nota explicativa 19.

7 Contas a receber de clientes

	2017	2016
Distribuição de gás canalizado	50.416	83.216
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.254)	(4.924)
	<u>44.162</u>	<u>78.292</u>

Contas a receber de clientes - 43.212 64.518
Contas a receber de partes relacionadas - 950 13.774

O prazo médio de recebimento de clientes é de 30 a 45 dias. A movimentação da provisão ocorreu da seguinte forma:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	(4.924)	(1.795)
Constituição de provisão no exercício	(1.433)	(3.209)
Valores recuperados durante o exercício	103	80
Saldo no fim do exercício	<u>(6.254)</u>	<u>(4.924)</u>

As contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento:

	2017	2016
A vencer	37.775	44.934
Vencidos até 60 dias	1.863	18.141
Vencidos de 61 até 180 dias	1.412	1.104
Vencidos acima de 181 dias	9.366	19.037
	<u>50.416</u>	<u>83.216</u>

8 Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

	2017	2016
Créditos de "Take or Pay"- Gás (*)	14.007	44.879
(-) Impairment - Take or Pay	-	(33.946)
Créditos de "Ship or Pay"- Gás (*)	-	89.640
(-) Impairment - Ship or Pay	-	(89.640)
Créditos QPNR(Quant. Paga não retirada)	57.313	-
Créditos nas operações de venda de gás	1.158	17.123
Total	<u>72.478</u>	<u>28.056</u>

Ativo circulante - 1.158 17.123
Ativo não circulante - 71.320 10.933

(*) Refere-se ao contrato de aquisição de gás junto à Petrobras, relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, e contém cláusulas de compensação futura. A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido num prazo prescricional de até 10 anos. Este saldo é corrigido periodicamente, atualizando o valor de recuperação. De acordo com as disposições contratuais e perspectivas de consumo, decorrente da revisão dos projetos e cenários para os próximos anos, a Companhia estima compensar integralmente os valores pagos.

No ano de 2016 e 2017, houve a cobrança de Take or Pay e Ship or Pay decorrente de volume consumido abaixo do contratado motivado pela retração do mercado consumidor. Considerando o plano de expansão da Companhia e as perspectivas de consumo pelo mercado, a Administração entende que a compensação do volume de gás acumulado até 31 de dezembro de 2017 será efetuada integralmente. Abaixo apresentamos as estimativas de valores de compensação anuais, para o saldo do ativo não circulante:

Ano	Valor a compensar
2018	20.742
2019	26.128
2020 a 2021	25.608
	<u>72.478</u>

9 Impostos a recuperar

	2017	2016
IRPJ e CSLL a compensar	18.300	-
IRRF a compensar(*)	1.140	830
Total	<u>19.440</u>	<u>830</u>

(*)O saldo de IRRF a compensar é proveniente da tributação dos rendimentos de aplicações financeiras e o IRPJ e CSLL a compensar, do recolhimento por estimativa.

10 Imposto de renda e contribuição social

10.1 Resultado do exercício (despesa)/receita

	2017	2016
Imposto corrente	-	(22.789)
Imposto de renda	-	(8.588)
Contribuição social	-	(31.377)
Imposto diferido		
Imposto de renda	(35.179)	21.871
Contribuição social	(12.664)	7.874
	<u>(47.843)</u>	<u>29.745</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(47.843)	(1.632)

10.2 Demonstração do cálculo da despesa com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL:

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Descrição:				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	113.413	128.081	6.584	6.584
Adições e exclusões permanentes				
.. Contribuições, doações e patrocínio	434	434	1.359	1.359
.. Operações de venda de gás (impairment)	(123.586)	(123.586)	86.646	86.646
.. Outros	(17.012)	(15.623)	838	838
Total	<u>(26.751)</u>	<u>(26.751)</u>	<u>95.427</u>	<u>95.427</u>
Alíquota	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	-	-	(23.857)	(8.588)
Benefícios Fiscais (Lei Rouanet, FDCA e etc)	24	-	1.068	-
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado	-	-	(22.789)	(8.588)
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado	(35.179)	(12.664)	21.871	7.874
Total	<u>(35.179)</u>	<u>(12.664)</u>	<u>(918)</u>	<u>(714)</u>

10.3 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos tem a seguinte composição:

	2017	2016
Ativo:		
Provisão atuarial	5.659	4.826
Provisão para riscos trabalhistas e civis	152	1.764
Provisão de créditos nas operações de aquisição de gás	-	139.751
Base do crédito fiscal diferido ativo	<u>5.811</u>	<u>146.341</u>
Imposto de renda diferido ativo	1.452	36.585
Contribuição social diferida ativa	523	13.171
Subtotal	<u>1.975</u>	<u>49.756</u>

Passivo:
Atualização monetária ativo financeiro - (1.495) (1.691)
Base do passivo fiscal diferido - (1.495) (1.691)

Imposto de renda diferido passivo	(374)	(423)
Contribuição social diferida passiva	(134)	(152)
Subtotal	<u>(508)</u>	<u>(575)</u>
IRPJ e CSLL sobre adições temporárias - líquido	<u>1.467</u>	<u>49.181</u>

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos serão realizados de acordo com as expectativas da Administração, conforme segue:

	2017	2016
2017	-	420
2018 a 2019	-	47.901
2020 a 2021	1.467	860
	<u>1.467</u>	<u>49.181</u>

Os créditos reconhecidos sobre diferenças temporárias estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros e consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro. O valor (receita) dos impostos diferidos registrado no resultado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 47.843 (R\$ 29.745 em 31 de dezembro de 2016).

11 Depósitos judiciais

	2017	2016
Cíveis	-	39
Fornecedores *	2	1.938
Trabalhistas	141	153
	<u>143</u>	<u>2.129</u>

(*)Em 2016, contempla os valores de Take or Pay (TOP) liquidados através de depósitos judiciais em decorrência da discussão de nomeação do gás contratado pela Compagas nos três city gates em operação.

12 Ativos de concessão - ativo financeiro e ativo intangível

12.1 Ativos de concessão

Com base nas características estabelecidas no contrato de distribuição de gás natural canalizado, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 - Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de gás natural, abrangendo:

(a) Parcela dos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão reconhecida como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível devido a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de gás natural pelos consumidores.

	Líquido			
	2017	2016		
Ativo intangível de concessão				
Em serviço	375.930	(196.714)	179.216	198.273
Em formação	19.472	-	19.472	40.236
Total do intangível	<u>395.402</u>	<u>(196.714)</u>	<u>198.688</u>	<u>238.509</u>
Ativo financeiro indenizável da concessão	107.791	-	107.791	83.378
Total do ativo de concessão e intangível	<u>503.193</u>	<u>(196.714)</u>	<u>306.479</u>	<u>321.887</u>

12.2 Ativos financeiros da concessão

De acordo com o Contrato de Concessão, há a previsão de reembolso dos investimentos realizados nos últimos dez anos anteriores ao término da concessão pelo seu valor de reposição depreciado, o que configura um reconhecimento de ativo financeiro.

Os valores calculados para composição do ativo financeiro estão apresentados a seguir:

	Saldo em 2016	Movimentações - 2017			Saldo em 2017
		Adições	Transferências	Baixas	
Parcela dos bens indenizáveis ao final da concessão	83.378	-	24.609	(196)	107.791
Total do ativo intangível	83.378	-	24.609(*)	(196)	107.791

(*) Transferência do ativo intangível

	Saldo em 2015	Movimentações - 2016			Saldo em 2016
		Adições	Transferências	Baixas	
Parcela dos bens indenizáveis ao final da concessão	13.638	1.003	68.737	-	83.378
Total do ativo intangível	13.638	1.003	68.737(*)	-	83.378

(*) Transferência do ativo intangível

No ano de 2001, para melhorar a atratividade de investimentos para o setor no longo prazo e ampliar a participação do gás natural na matriz energética do estado, o contrato de concessão foi adotado com a alteração na regra de remuneração que confronta a receita e os custos. O preço limite estabelecido pelo concedente leva em consideração a vida útil dos ativos, os quais estão definidos contratualmente como 30 anos para

16.3 Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente do lucro de exercício, com base na proposta da Administração para atender ao plano de investimentos da companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido a Assembleia Geral.

Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

16.4 Dividendos

De acordo com o Estatuto Social (Artigo 35), aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício. Para o período findo em 31 de dezembro de 2017, não foram distribuídos dividendos antecipados.

A distribuição de lucros aos acionistas é demonstrada como segue:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	65.570	4.952
Reserva legal	(3.279)	(248)
Dividendos propostos pela Administração		
Dividendos	15.573	1.176
Valor total dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	15.573	1.176

16.5 Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2017	2016
Lucro líquido do período/exercício atribuído aos acionistas da Companhia R\$	65.570	4.952
Ações ordinárias	11.200	11.200
Ações preferenciais	22.400	22.400
Total de ações preferenciais e ordinárias	33.600	33.600
Lucro/ação R\$	1,95	0,15

17 Transações com partes relacionadas**17.1 A Companhia efetuou transações com partes relacionadas e os principais saldos estão demonstrados a seguir:**

Parte relacionada / natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Controlador						
Companhia Paranaense de Energia - Copel	-	-	7.990	600	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-
Entidades com influência significativa						
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	-	-	3.837	288	-	-
Dividendos a pagar	-	-	591	-	(591)	(183)
Reembolsos de salários	-	-	-	-	-	-
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	-	-	3.837	288	-	-
Dividendos a pagar	-	-	877	123	(869)	(522)
Reembolsos de salários	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	91.497	28.056	-	-	-	-
Ship/Take or Pay	-	-	104.519	132.984	(309.352)	(325.268)
Aquisição de gás para revenda	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviço de transporte	-	-	-	-	-	-
Petrobrás Distribuidora S.A. - Petrobras	365	469	-	-	10.162	11.687
Receita com venda de gás	-	-	-	-	2	12
Outras receitas	-	-	-	-	-	-
Petrobrás Distribuidora S.A. - BR Asfaltos	7	23	-	-	383	708
Receita com venda de gás	578	13.281	-	-	-	33.190
UEG Araucária Ltda.	-	-	-	-	6.119	20.301
Receita com venda de gás	-	-	-	-	-	-
Outras receitas	-	-	-	-	-	-
Copel Distribuição S.A.	-	-	-	-	(265)	(298)
Consumo de energia elétrica	-	-	-	-	-	-
Receita com venda de gás	-	-	-	-	-	-
Copel Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	(155)	(143)
Rede conexão / internet	-	-	-	-	-	-
BNDES* e BNDESPAR	-	-	42.675	61.786	(5.242)	(2.883)
Financiamentos	-	-	-	-	-	-

(* O BNDES é subsidiária integral do BNDES Participações que é acionista da Copel.

17.2 Remuneração dos Administradores

A ata da 91ª e 92ª Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 04 de abril de 2017 e 07 de junho de 2017, fixou para o ano de 2017 o montante para remuneração anual dos Administradores de R\$ 2.695 (R\$ 2.686 em 2016) e para remuneração anual do Conselho Fiscal o montante de R\$ 196 (R\$ 198 em 2016.)

18 Benefícios a empregados

Os programas de benefícios pós-emprego da Companhia, podem ser classificados em dois programas específicos:

- Plano de benefício previdenciário
- Plano de benefício assistencial

Balanco patrimonial e resultado do exercício

O valor provisionado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 5.659 (R\$ 4.826 em 2016) conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2017		2016	
	Plano de previdência	Plano de assistência saúde	2017	2016
Valor presente das obrigações totais	30.513	5.659	36.172	34.809
Valor justo dos ativos	(30.513)	-	(30.513)	(29.983)
Obrigações a descoberto	-	5.659	5.659	4.826

18.1 Plano de benefício previdenciário

O plano previdenciário, chamado de "Plano III", é um plano de contribuição definida (CD) do tipo misto, caracterizado pela acumulação de poupanças durante a fase de atividade dos indivíduos e pela reversão da poupança em renda vitalícia no momento da conquista do direito aos benefícios. O cálculo do passivo de longo prazo atribuído à responsabilidade da Companhia é gerado apenas a partir da concessão do benefício e em 31 de dezembro de 2017, data do último cálculo atuarial, não há valor a ser reconhecido.

Os valores de (ganho) perda reconhecidos no demonstrativo de resultado abrangente estão resumidos a seguir:

	2017	2016
Plano de assistência saúde	381	(200)
Plano de previdência (CD)	-	-
	381	(200)

18.2 Plano de benefício assistencial

O plano assistencial que entrou em vigor a partir de abril de 2002, trata-se de um plano de saúde aos empregados e seus dependentes, denominado "Plano Pró-Saúde", que é custeado por contribuições mensais da patrocinadora e dos empregados, calculadas de acordo com os custos respectivos no regime de repatriação anual.

18.2.1 Movimentação no valor presente das obrigações do Plano de Assistência saúde

	2017	2016
Obrigações do plano benefício definido em 1 de janeiro	4.827	4.221
Custo do serviço corrente e juros	451	803
(Ganho)/perda atuarial	381	(200)
	5.659	4.826

18.2.2 Componentes da despesa/(receita) do plano (Pró-saúde) projetada

	2017	2016
Custo do serviço	227	167
Custo dos juros	566	291
	793	458

Premissas utilizadas nos cálculos atuariais:

	2017	2016
Dados populacionais		
Ativos		
Número de participantes ativos:	166	163
Idade média em anos:	42,80	42,24
Serviço creditado total	9,37	8,68
Tempo para aposentadoria	14,24	14,73
Renda média em R\$	9.856,59	9.127,20
Aposentados		
Número de participantes aposentados:	3	1
Idade média em anos:	57,41	55,73
Benefício médio em R\$	2.668,11	1.262,49
População total	169	164

Hipóteses econômicas

	2017	2016
Taxa de anual de juro atuarial real (Duration)	5,20	5,87
Taxa anual de inflação projetada	4,50	5,15
Taxa anual real de evolução salarial	2,00	2,00
Taxa anual de evolução custos médicos	2,00	1
Taxa real de evolução de benefícios	0	0
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0	0
Fator de capacidade (benefícios e salários)	97,75	97,50

Hipóteses atuariais

	2017	2016
Taxa de rotatividade		0,0%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos		AT-2000 (-10%)
Tábua de mortalidade de inválidos		Winklevoss
Tábua de invalidez		Tasa 27
% de casados na data de aposentadoria		80%
Diferença de idade entre homens e mulheres		Real (ou 4 anos)

19 Debêntures

Características: Debêntures simples, com série única, em emissão privada, com colocação exclusiva para a BNDESPAR, no valor de R\$ 62.626 e R\$ 33.620. Foram emitidos títulos com valor unitário de R\$ 1, na quantidade de 62.626 e 33.620 e o valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

Emissão	Data de emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	2017
			Inicial	Final			
1ª	16.12.2013	40	15.09.2015	15.12.2018	TJLP+1,7%a.a.+1%a.a.	62.626	9.159
2ª	16.06.2014	40	15.09.2015	15.12.2018	TJLP+1,7%a.a.+1%a.a.	62.626	4.088
3ª	21.10.2014	40	15.09.2015	15.12.2018	TJLP+1,7%a.a.+1%a.a.	62.626	3.292
4ª	27.04.2015	40	15.09.2015	15.12.2018	TJLP+1,7%a.a.+1%a.a.	62.626	2.675
1ª	15.04.2016	54	15.07.2017	15.12.2021	TJLP+2,17%a.a.	33.620	11.889
1ª	15.04.2016	54	15.07.2017	15.12.2021	SELIC+2,17%a.a.	33.620	11.572
							42.675

	2017	2016	
Encargos financeiros	Garantia	Garantidora	Agente fiduciário
Juros pagos trimestralmente	Flutuante	Compagas	BNDES Participações S.A BNDESPAR

Finalidade

Financiar o plano de investimentos da emissora.

Mutação dos debêntures	Circulante	Não circulante	2017	2016
Saldo anterior	21.826	39.960	61.786	56.220
Ingressos	-	2.522	2.522	23.531
Encargos	5.339	-	5.339	7.006
Transferências	24.945	(24.945)	-	-
Amortização - principal	(21.968)	-	(21.968)	(18.804)
Pagamento - encargos	(5.004)	-	(5.004)	(6.168)
Total	25.138	17.537	42.675	61.786

19.1 Covenants

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alienar ou onerar bens integrantes do ativo da Companhia, sujeitos a registro de propriedade; ocorrência de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação ou decretação de falência da Companhia; alteração da estrutura societária da Companhia sem a prévia e expressa anuência da BNDESPAR; mudança no objeto social da Companhia sem a prévia e expressa anuência da BNDESPAR. O descumprimento destas condições poderá implicar no vencimento antecipado das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos Covenants previstas nos contratos de debêntures.

20 Receita operacional líquida - venda de gás e serviços

	2017	2016
Receita de vendas de gás	621.991	680.768
Receita de vendas de serviços	6.119	-
Impostos sobre vendas	(165.789)	(182.063)
Receita operacional líquida	462.321	498.705

21 Custos e despesas por natureza

	2017	2016
Locações	(5.223)	(5.220)
Compra de gás natural	(309.351)	(325.268)
Distribuição de gás	(1.728)	(87.995)
Pessoal	(35.845)	(32.778)
Despesas gerais	(19.887)	(17.925)
Materiais	(1.648)	(1.448)
Serviços de terceiros	(25.187)	(22.938)
Tributos e taxas fiscais	(3.137)	(3.362)
Amortização	(28.753)	(25.251)
	(430.759)	(522.185)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(376.592)	(462.162)
Despesas administrativas	(34.788)	(40.299)
Despesas com vendas	(19.379)	(19.724)
	(430.759)	(522.185)

22 Receitas e custos de construção

A Companhia não tem a construção de gasodutos como atividade fim e não auferiu receitas decorrentes desta operação. Para a construção de gasodutos a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, deste modo a construção se apresenta integralmente para a Companhia como um encargo contratual de colocação de ativos à disposição para a execução do objeto da exploração dos serviços de distribuição de gás natural.

	2017	2016
Receitas de construção	14.314	25.125
Custos de construção	(14.314)	(25.125)
Resultado líquido	-	-

23 Despesas e receitas financeiras

	2017	2016
Rendimento de aplicações financeiras	5.723	4.244
Despesas financeiras (*) (**)	(46.976)	(5.455)
Juros e outras	12.648	2.363
Resultado financeiro líquido	(28.605)	1.152

(*) Capitalização de juros efetuada no período.

(**) Encargos contrato de compra de gás.

24 Instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de mercado
- Risco de liquidez

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a caixa e equivalentes de caixa, clientes, fornecedores e debêntures.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 referentes a caixa e equivalentes de caixa, clientes, contas a receber e fornecedores se aproximavam dos valores de mercado em razão de suas características e condições comerciais pactuadas.

Os ativos financeiros e passivos financeiros estão mensurados a valor justo de acordo com o nível 2, sem nenhuma mensuração no nível 3.

Categoria de instrumentos financeiros

	Valor contábil	
	2017	2016
Ativos financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	84.079	35.309
Clientes	44.162	78.292
Mantidos para negociação		
Aplicações financeiras	7.172	6.636
Ativos financeiros da concessão	107.791	83.378
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros		
Fornecedores - aquisição de gás	107.949	132.984
Debêntures	42.675	61.786
Outros fornecedores	3.430	3.884

25 Fatores de risco**25.1 Risco de crédito**

Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Compagas.

	2017	2016
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (i)	84.079	35.309
Clientes (ii)	44.162	78.292
	128.241	113.601

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, os quais representam sua máxima exposição de risco de crédito sobre aqueles ativos. A composição e a política de gestão de caixa e equivalentes estão descritas na nota explicativa 5.

(ii) Clientes

Esse risco ocorre da possibilidade de uma base de clientes pulverizada e gerenciamento das contas a receber identificando os recebimentos e detectando possibilidades de inadimplência, suspendendo o fornecimento de gás e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais, sempre que possível.

Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi estabelecida no valor de R\$ 6.254 (R\$ 4.924 em 31 de dezembro de 2016) e representa 12,4% (5,9% em 31 de dezembro de 2016) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito.